

GAVIÃO (Belver)

A povoação de Belver, sede de freguesia do concelho de Gavião, implanta-se, sobranceira, na margem norte do rio Tejo. Para aí chegar tome a autoestrada A1 até à saída 7, passando assim a circular pela autoestrada A23. Siga nesta via durante uns 60 km e depois use a saída 13, sinalizada para Domingos da Vinha e Belver. Depois de passado o primeiro destes povoados, atingirá Belver uns 3 km à frente. Ao chegar a Belver estacione no largo da igreja matriz e siga, a pé, pela rua D. Sancho I, até ao castelo, a escassas duas centenas de metros à frente, no extremo ocidental da vila.

Castelo de Belver

O CASTELO DE BELVER é uma das poucas fortalezas portuguesas para as quais se conhece o ano da sua fundação. Com efeito, em 13 de junho de 1194 D. Sancho I doou a D. Afonso Pais, prior dos Hospitalários, e à Ordem de São João do Hospital, a *herdade de Guidimtesta*, com a obrigação de os monges ali erguerem um castelo ao qual o monarca dizia impor o nome

de Belver: ... *facio cartam donacionis ... de terra que vocatur Guidimtesta in qua concedimus vobis ut faciatis castellum quodam cui imponimus nomen Belveer...* A Ordem de São João do Hospital encontra-se documentada em Portugal desde a terceira década do século XII, *circa* 1126-1128. À semelhança do que aconteceu no Próximo Oriente, o ramo português manteve, numa primeira fase, um perfil apenas

Vista geral do castelo tomada da margem sul do Tejo



assistencial, ignorando a dimensão militar. A reforma dos seus estatutos e da sua organização interna ocorreria somente na década de 80 do século XII, passando, a partir de então, a ter duas componentes: a assistencial e a militar. O primeiro acontecimento militar em que os freires hospitalários participaram ao lado do rei foi a primeira conquista de Silves, em 1189. Esta conquista motivou uma forte reação almóada, que se traduziu em duas grandes campanhas militares, em 1190 e em 1191, que afetaram todo o Alentejo e ainda certas zonas da Estremadura. Com elas Silves regressou ao poder muçulmano, bem como todos os territórios a sul do Tejo, com exceção de Évora. Desta forma, quando D. Sancho I assinou a doação de *Guidimtes-ta/Belver* aos Hospitalários, no ano de 1194, o Tejo era, de novo, um espaço de fronteira. O diploma régio delimitava o termo de Belver, uma área generosa que confinava, a ocidente, com os limites do termo do município de Abrantes e com o rio Zêzere, prolongando-se, a oriente, até ao Porto de Sever. Mas, a área geográfica da doação de 1194 ultrapassava o rio Tejo, incluindo uma estreita faixa de território alentejano, desde Gavião até ao vale dos rios Vide e Sever. O rei estava, portanto, a confiar aos

Hospitalários um domínio de fronteira, na vanguarda dos territórios detidos pela monarquia cristã.

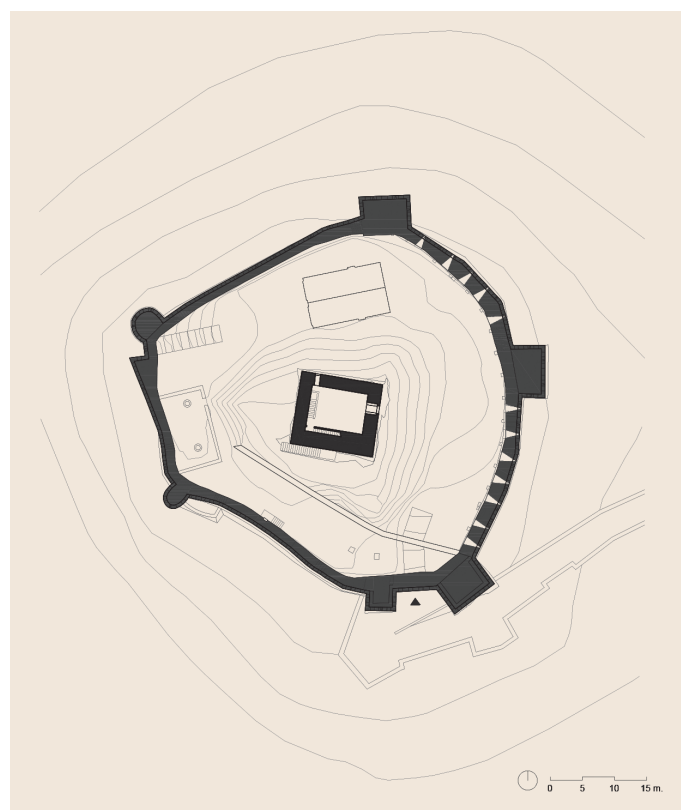
O castelo de Belver começou a ser erguido pouco tempo depois da doação de 1194 e foi a primeira estrutura militar que os Hospitalários detiveram em Portugal. O nome atribuído ao castelo é, obviamente, uma referência ao emblemático castelo de Belvoir, que os Hospitalários tinham erguido na Terra Santa, a sul do lago Tiberíades, a partir de 1168. A fortificação de *Outremer* inspirou, de resto, vários topónimos na Península Ibérica e na Europa. Ele é, por isso, mais um exemplo desta toponímia típica das duas ordens militares internacionais – Hospitalários e Templários –, que gostavam de ir buscar referências simbólicas às estruturas mais influentes que tinham erguido no Próximo Oriente. O prior D. Afonso Pais viria a falecer menos de três anos volvidos, a 22 de fevereiro de 1197, como se registou no *Livro das Eras* de Santa Cruz de Coimbra, provavelmente sem ter tido tempo de ver o castelo terminado. Apesar de não conhecermos a data exata da sua conclusão, podemos depreender que em outubro de 1210 já estaria concluído. Com efeito, no segundo testamento de D. Sancho I, assinado nessa data em Coimbra, o monarca revelava que parte

Vista do castelo a partir do lado norte



do tesouro real português estava confiado à guarda dos Hospitalários e que se conservava no castelo de Belver. É particularmente significativo que estivesse em Belver, e não na sede da ordem, em Leça do Balio. Se o monarca confiava parte do tesouro régio a uma ordem que tinha o seu castelo colado à linha de fronteira, isso apenas se pode compreender se (i) o castelo de Belver estivesse já concluído e se (ii) fosse considerado um castelo de vanguarda, suficientemente forte e seguro para assumir tal responsabilidade. Pelo mesmo testamento ficamos a saber que a coroa confiava o seu tesouro à guarda dos castelos de Belver (Hospitalários), Tomar (Templários), Leiria, Évora (Cavaleiros da Milícia de Évora, futura ordem de Avis) e Coimbra (o castelo real), bem como aos mosteiros de Santa Cruz de Coimbra e de Alcobaça (este guardando o tesouro no castelo de Alcobaça). A doação de 1194 permitiu que, mais tarde, se criasse a comenda de Belver, que já se encontra documentada em 1231, quando era seu comendador Fr. João Mendes (falecido em 1237). A comenda de Belver ocupou sempre um lugar de destaque entre as mais importantes comendas da ordem. O seu comendador assinava os documentos logo a seguir ao Prior da Ordem. E as suas rendas pertenciam ao Priorado, juntamente com as comendas da Sertã, do Crato, da Flor da Rosa e de São Brás (Lisboa), contribuindo, assim, para os rendimentos do Prior dos Hospitalários. Ao longo do século XIV o espaço desta comenda foi-se reduzindo, pela autonomização de territórios limítrofes, que deram origem às comendas da Sertã, de Proença-a-Nova e de Oleiros. Litígios surgidos com os seus limites foram dirimidos em inquirição régia de Afonso IV, datada de 20 de agosto de 1339. As dificuldades de povoamento, que se agravaram na centúria seguinte, levaram a que recebesse carta de Couto de Homiziados, outorgada por D. Afonso V em 8 de maio de 1476. Registemos, por fim, que a povoação obteve Foral Novo dado por D. Manuel I em 18 de maio de 1518, ano que costuma ser associado à fundação do município de Belver. Nove anos mais tarde, em 1527, no *Numeramento Geral*, o seu castelo nem sequer foi referido. O concelho de Belver subsistiu autónomo até 1836, integrando, a partir de então, o concelho de Mação e, desde 1896, o de Gavião.

Um dos raros acontecimentos militares em que o castelo de Belver esteve envolvido ocorreu no início da regência do infante D. Pedro, na menoridade de D. Afonso V, quando o castelo, tal como todas as fortificações da ordem do Hospital, seguindo as indicações do Prior D. Nuno Gonçalves de Góis, se opôs ao Duque de Coimbra. Seria cercado pelas forças leais ao infante D. Pedro, comandadas por D. Lopo de Almeida, e rendeu-se a 17 de dezembro de 1440. Rui de Pina, no capítulo LXX da *Crónica de D. Afonso V*, relata esses acontecimentos.



Planta

Castelo de Belver segundo Pedro Nunes Tinoco «Livro das Igrejas e Vilas do Priorado do Crato» (1620) – Pormenor do fl. 12, relativo a Belver





Porta de entrada, enquadrada por torreões



Torre de Menagem

Em 1620-21, Pedro Nunes Tinoco, na altura arquiteto do Rei e do Priorado do Crato, criou o *Livro das Igrejas e Vilas do Priorado do Crato*, um manuscrito com 28 fólios, hoje pertença do Seminário de Cernache do Bonjardim. No fólio 12 encontramos a mais antiga representação iconográfica do castelo de Belver, intitulada *Perfil e citio da Vila de Belver / que hesta citvada sobre o Teio / tem en si 50 Vezinhos e hva / Igreja que se chama S. Tiago*. Trata-se de uma vista de cavalete que nos mostra o castelo de Belver com apenas três construções no seu interior: a torre de menagem, a ermida de São Brás e, entre as duas, uma construção entretanto desaparecida.

Ao contrário da maioria dos castelos portugueses, Belver continuou a ter serventia militar na Época Moderna, tendo sido visitado pelo Pe. João Pascácio de Cosmader, um dos mais prestigiados engenheiros militares que foram contratados por Portugal no período da Guerra da Restauração, e que esteve ativo entre nós entre 1641 (data da vinda para Portugal) e 1648 (data da sua morte). A visita

do Pe. Cosmader revela que esteve programada alguma reforma do castelo, que infelizmente não chegou até nós. Em inícios do século XVIII (1708) ainda tinha Alcaide-Mor e guarnição militar. Nos finais da centúria, em 1785, o cargo de Alcaide-Mor do castelo de Belver era desempenhado por D. Francisco de Sousa Lancastre e Noronha, 6º Marquês de Minas e 9º Conde do Prado.

O castelo de Belver foi construído no alto de um monte à cota absoluta de 160 m. Apresenta uma planta ovalada, quase sem esquinas nem ângulos pronunciados. A única exceção regista-se no pano de muralha voltado a ocidente, onde se deteta uma inflexão angulosa. O circuito muralhado de Belver é dotado de seis torreões: quatro da fábrica original, de planta quadrangular, e dois de origem posterior, de planta redonda. No pano de muralha nascente foram erguidos três grandes torreões de planta quadrangular, sensivelmente equidistantes, destinados a reforçar a muralha na zona de aproximação ou acesso. Com efeito, e por força da topografia do local, o castelo de Belver

apresenta-se quase inexpugnável pelas faces ocidental e norte, por onde corre a ribeira de Belver, suficientemente alcantilada para afastar eventuais ataques. A face voltada a sul encontra-se protegida pelo rio Tejo. Restava, portanto, a encosta voltada a leste, de pendor mais suave. Foi precisamente nesta fachada que os seus construtores ergueram as três grandes torres quadrangulares, com cerca de 27 m de afastamento. A torre central é maciça, mas as duas torres periféricas são vazadas, apresentando compartimentos no piso térreo, o que constitui uma novidade na arquitetura militar portuguesa da época. A torre do lado norte tem, inclusive, dois arcos torais que sustentam uma abóbada de berço. A torre do lado sul, igualmente vazada, implanta-se à direita da porta de entrada do castelo. Esta porta, com arco de volta perfeita, obedece a um modelo bem conhecido na arquitetura militar portuguesa, muito difundido com as reformas góticas – o das portas enquadradas por dois torreões – mas para o qual se conhecem também protótipos mais antigos. A torre que flanqueia a porta pelo lado esquerdo é de dimensões um pouco mais modestas, tendo um compartimento no piso térreo (munido de abóbada de aresta). Desta forma, quem se aproximava do castelo de Belver não tinha uma clara percepção da localização da porta de entrada, que estava encoberta pela torre maior. A zona da porta de entrada, que em 1751 estava bastante arruinada, foi reconstruída na segunda metade do século XVIII, talvez no âmbito das obras que se documentam no reinado de D. Maria I, ao longo de cinco anos, entre 1780 e 1785. Era sobre esta porta que José Anastácio de Figueiredo dizia existir um nicho com um busto, que o autor da *Nova Malta* identificava como sendo o de D. Afonso Pais. Do busto e do nicho não restam hoje vestígios.

As três grandes torres criadas na vertente de acesso (virada a nascente) garantiam a prática de tiro flanqueado, defendendo o pano de muralha mais exposto a eventuais atacantes. A grande novidade do castelo de Belver encontra-se precisamente na zona delimitada por estas torres. Trata-se de um sistema de treze seteiras rasgadas no pano de muralha à cota do terreno. A localização destas seteiras, em cota térrea, revela alguma audácia por parte dos seus construtores. Como se sabe, nesta altura os arquitetos militares evitavam criar aberturas em cotas baixas por entenderem que elas fragilizavam as estruturas. Por isso, as treze seteiras de Belver são de uma enorme modernidade e de algum arrojo. Sublinhemos, por outro lado, que a *deriva* das seteiras é assimétrica, o que indica que o direcionamento do seu campo de tiro foi calculado de forma a abranger o itinerário de acesso ao castelo. Na face interna da muralha, estas seteiras apresentam câmaras de tiro com arcos de volta perfeita abocinados. Estavam



Porta de entrada da Torre de Menagem, dotada de três arcos

encobertas por sedimentos, que as ocultavam por completo, e foram colocadas a descoberto durante o restauro da DGEMN, quando se procedeu a um significativo desaterro do espaço interior do castelo. As câmaras de tiro possuíam originalmente estruturas adossadas, que desapareceram na voragem do tempo, mas de cuja presença temos vestígios seguros na estereotomia dos muros, nomeadamente no espaço entre cada câmara de tiro. Esta solução, que é única na arquitetura militar portuguesa da época, encontra paralelos nos castelos dos Cruzados, nomeadamente em castelos dos Hospitalários, como é o caso do Crac dos Cavaleiros (na Síria) e do Kerak de Moab (na Jordânia). Ou seja, ela espelha a circulação de modelos arquitetónicos entre as ordens militares ou, à semelhança do que aconteceu com os Templários portugueses e D. Gualdim Pais, a deslocação de algum freire hospitalário português até ao Próximo Oriente, onde tomou contacto com a arquitetura desses castelos de vanguarda. Convém não esquecer que o grão-mestrado de D. Afonso, filho bastardo de D. Afonso



*Sistema de seteiras
rasgadas na base da
muralha voltada a
Leste (vista interior)*



*Adarve na zona da
porta de entrada*

Henriques, é sensivelmente coevo do momento em que o castelo de Belver estava a ser construído. Com efeito, D. Afonso rumou ao Próximo Oriente no âmbito da 3ª Cruzada (1187-1193) e foi eleito Grão-Mestre dos Hospitalários em 1194 (ou, segundo outros autores, entre 1202 e 1206). Manteve-se à frente dos destinos da Ordem durante alguns

anos, tendo sido responsável pela promulgação dos “Estatutos de Margat”, assim designados por terem sido aprovados no castelo de el-Marqab (na Síria). Abdicou, depois, do cargo, tendo regressado ao reino, onde veio a falecer pouco depois, em 20 de fevereiro de 1207, como se regista no seu epitáfio em São João de Alporão. É natural que a



*Adarve na zona da
Porta da traição*



Cisterna

presença deste português à frente dos destinos internacionais da ordem ajude a explicar as influências orientais que se sentem na estrutura de Belver.

Seguindo um modelo tipicamente românico, o castelo de Belver só apresenta duas portas. À porta principal já nos referimos. Resta registar que no pano de muralha

voltado a noroeste, junto da já mencionada inflexão do muro, se abre a segunda porta do castelo de Belver – a Porta da Traição – criada numa zona de acesso problemático, onde, graças aos declives pronunciados da ribeira de Belver, não era possível levantar cerco ou tentar assalto. Ainda assim, a porta foi reforçada por um torreão de



Capela de São Brás

planta redonda e encontra-se bem camuflada por um resalto da muralha.

O pátio do castelo denuncia, igualmente, um programa construtivo tipicamente românico. Com uma área de cerca de 2240 m², apresenta, ao centro, isolada, a sua torre de menagem, que evita qualquer contacto físico com a muralha. A torre foi construída no alto de uma pequena colina cujos declives talvez tenham sido acentuados artificialmente. Trata-se de uma possante edificação, com 11,60 x 13,20 m de largura, organizada em três pisos: o térreo, a que se acede a partir do interior, e dois pisos sobradados. Os seus muros apresentam, no piso térreo, uma espessura de 3,6 m, que vai diminuindo à medida que os pisos se desenvolvem. Mas, ainda assim, eles nunca deixam de ser particularmente espessos. Isso sente-se em vários aspetos: na porta de entrada, que se abre à cota do 1º andar, e que tem dois arcos torais para vencer a espessura da parede; na dimensão dos bancos ou conversadeiras da janela do 2º piso; e no facto de o acesso entre o 1º e o 2º piso ter sido rasgado na espessura das suas paredes. Na parede da face norte da torre, no 2º piso, encontra-se uma abertura – uma porta enquadrada por moldura exterior – que deve corresponder a um balcão de higiene ou privada, entretanto desaparecido.

Na base da torre de menagem, a norte, encontramos a capela de São Brás, erguida (ou reconstruída) pelo Infante D. Luís, filho de D. Manuel I, quando desempenhou as funções de Prior dos Hospitalários (entre 1528 e 1555). Trata-se de uma pequena ermida, com um interessante

altar de talha renascentista, à maneira italiana, que albergou uma extraordinária coleção de relíquias, descritas por João Bautista de Castro, pelo Pe. Luís Cardoso e nas *Memórias Paroquiais* de 1758.

Ainda no pátio do castelo de Belver, encostada à muralha ocidental, foi criada uma cisterna gótica, com duas bocas de aprovisionamento de água, que deve corresponder a obras documentadas em 1390 e atribuídas, por vários autores, à iniciativa de D. Nuno Álvares Pereira. Não estão, no entanto, suficientemente esclarecidas as ligações deste nobre ao castelo de Belver.

Na zona de entrada, o visitante depara com uma estrutura arquitetónica com três arcos, de fábrica moderna, que deve ser imputada às estruturas que foram erguidas no interior do castelo de Belver durante a fase de ocupação militar da Época Moderna, depois de 1620 (por não estarem registadas no desenho de Pedro Nunes Tinoco) e antes do seu abandono definitivo, nos finais do século XVIII ou inícios da centúria seguinte. Duramente afetado pelo terramoto de 1 de novembro de 1755, ainda quedava sem qualquer intervenção em 1758, quando é descrito nas *Memórias Paroquiais*. As obras de reconstrução viriam a ocorrer no reinado de D. Maria I, ao longo de cinco anos, estando concluídas ou em fase de conclusão em 1785. Tendo deixado de ser utilizado como estrutura militar nos finais do século XVIII ou nos inícios do século XIX, recebeu no seu interior o cemitério da vila de Belver. As suas estruturas arquitetónicas foram conhecendo uma progressiva degradação, agravada pelo terramoto de 23 de abril de 1909. A DGEMN empreendeu o seu restauro, que decorreu entre 1942 e 1947.

Texto: MJB - Fotos: MJB/CG/SVS
Plano: MF/MS/NB (sobre SIPA-DGPC/CMG)

Bibliografia

- ALMEIDA, J., 1945, III, pp. 135-137; ALMEIDA, M.L., 1977, Cap. LXX, pp. 670-671; BARROCA, M.J., 2000d, pp. 187-211; BARROCA, M.J. e COSTA, P.P., 2009, pp. 679-714; CARDOSO, L., 1747-51, II, pp. 144-145; CASTRO, J.B., 1745-58 (1762-63), pp. 190-191; CHANC. AF. IV, L.2, 125 (de 1339, agosto, 20); COSTA, P.P., 2013, pp. 313-330; DGEMN, 1946; DIAS, L.F.C., 1961-69, II, pp. 204-205; DS, doc. n.º 73 (de 1194, junho, 13) e doc. n.º 194 (de 1210, outubro); FERREIRA, J.C.L., 1984; FIGUEIREDO, J.A., 1800, I, pp. 155-157; FIGUEIREDO, J., 1964, pp. 125-134; GIL, J., 1986, pp. 197-199; KEIL, L., 1943, pp. 91-92; MARTINS, M.G., 2016, pp. 55-56; MORENO, H.B., 1986a, pp. 124-125; PEREIRA, F.A., 1912, pp. 265-265; PERES, D., 1969, pp. 250-254; SIPA.